

Oficina de troca de pesquisas sobre PSA e REDD no Brasil

Relatório das apresentações¹



Data: 23 de Outubro de 2012

Local : Finatec-UNB, Brasília

Organizadores: Emilie Coudel, Ludivine Eloy (CNRS/UNB), Philippe Sablayrolles (Gret), Eric Sabourin (Cirad/UNB)

Consultores do projeto "Pagar para o meio-ambiente?" : Ana Caroline Neris Nogueira (UFPA), Osmar Filho (CDS-UNB)

Outras apresentações: Pedro Soares (IDESAM), Maurício Amazonas (CDS-UNB)

Participantes: Andrea Azevedo (IPAM), Catherine Aubertin (IRD), Fabiano Toni (CDS/UNB), Flavia Camargo de Araujo (ISA), Gustavo Cruz (Funai), Joice Ferreira (Embrapa), Lilian BLANC (Cirad), Mariana Heilbuth (Agência Nacional de Águas), Mauro Pires (MMA/CDS-UNB), Nathalie CIALDELLA (Cirad), Philippe Lena (IRD), Raissa Guerra (CIFOR), Roque Neto (CDS-UNB), Roseli Ganem (Câmara dos Deputados), Silvia Laine Borges Lúcio (CDS-UNB), Verônica Guimarães, Valeria Carvalho (Funai), Vincent Larrouze (Embaixada da França)

¹ Os power-points estão disponíveis sob demanda: emilie.coudel@cirad.fr

Manhã: Resultados do projeto de pesquisa “Pagar para o meio ambiente ? REDD e PSA entre mercantilização e desenvolvimento justo” (Gret-Cirad)



Emilie Coudel (Cirad): Apresentação do projeto « Pagar para o meio ambiente ? »

O projeto de pesquisa “Pagar para o meio-ambiente? REDD e PSA entre mercantilização e desenvolvimento justo” foi desenvolvido pelo Gret (uma ONG francesa de desenvolvimento solidário) e o Cirad (uma instituição de pesquisa para o desenvolvimento), a pedido do Ministério da Ecologia da França que lançou reflexões conjuntamente a sociedade civil (no âmbito do Grenelle de l’Environnement) sobre o potencial de REDD para organizações sociais. **O objetivo do projeto é de levantar diferentes visões de REDD** no mundo e como essas estão se traduzindo em projetos concretos, em particular no Congo, Madagascar e Brasil. Os principais debates investigados foram sobre equidade versus eficiência, as implicações do valor carbono, e as formas de governança e interações com as políticas já existentes.

Ao nível global, o potencial real dos mercados de carbono está sendo questionado. No quadro do MDL, 2220 milhões de tCO₂ estão comercializadas, a 9\$/t, mas é limitado para o setor florestal (só 0,2% das transações). No quadro dos mercados voluntários, 93 milhões de tCO₂ estão comercializadas, mas o preço é só de 5\$/t e já estão saturando. Atualmente, 100 milhões de tCO₂ estão certificadas e não comercializadas, e mais 500 milhões de tCO₂ estão em processo de certificação (entre as quais 300 milhões no Brasil). Neste contexto, se os mercados MDL não se abrirem ao setor florestal, é provável que os créditos REDD só consigam ser pagos através de fundos internacionais.

Os três países da pesquisa foram escolhidos por apresentar condições institucionais contrastantes. **No Congo**, o processo REDD é principalmente liderado pelas instituições internacionais (UN, Banco Mundial) que veem o REDD como um quadro integrativo para as políticas nacionais agrícolas e florestais. **Em Madagascar**, as ONGs (CI, WWF, WCS) são os principais atores a frente, com o objetivo de reforçar a política de conservação, utilizando REDD para fazer um “buffer” ao redor dos parques nacionais. O caso do Brasil apresenta outro quadro, com o governo afirmando uma posição forte ao nível internacional, e a agenda REDD sendo apropriada e definida pelos atores nacionais.

No Brasil, a reflexão sobre REDD está muito avançada em relação aos outros países, com uma base legal em consolidação, combinando metas (PNCC), um instrumento de captação e distribuição de recursos (Fundo Amazônia), avanços na regularização fundiária, e uma articulação entre os diferentes setores (Projetos de lei). Diferentes modelos de REDD vêm sendo debatidos:

- um modelo “mercado”, onde um proprietário vende diretamente num mercado internacional;
- um modelo de “gestão local”, onde uma ONG capta recursos para financiar uma gestão ambiental ao nível de uma comunidade ou de um território;
- um modelo “políticas públicas”, onde REDD está articulado numa política pública de luta contra o desmatamento.

A análise dos estudos de caso e das principais visões procurou identificar como se definem e combinam-se os três modelos, segundo diferentes critérios (objetivo geral, serviço alvejado, escala do projeto, tipo de financiamento, utilização do financiamento, controle, governança, articulação com outras políticas).



Osmar Filho (UNB): A experiência da RDS Juma, no Amazonas (pré-projeto REDD coordenado pela FAS, com apoio do Idesam)

O projeto REDD da RDS Juma foi pensado como uma maneira de viabilizar a área protegida e foi idealizado desde a criação da área (2006). O objetivo era de limitar o risco de desmatamento através de bolsas floresta individuais e coletivas destinadas a desenvolver atividades alternativas.

Foi pensado como um projeto piloto para uma política estadual para o estado do Amazonas, numa tentativa de trazer recursos privados e internacionais para a gestão ambiental das UCs. Um modelo intermediário entre “política pública” e “gestão local” está se definindo. O Estado de Amazonas delega tanto a gestão da RDS quanto o programa Bolsa Floresta a uma fundação de direito privado criada nesta perspectiva, a FAS (Fundação Amazônia Sustentável). A ONG Instituto de Desenvolvimento da Amazônia, IDESAM, dá apoio para a definição do projeto REDD (PDD, modelagem, certificação).

O público levantou um primeiro debate sobre o estatuto da Bolsa Floresta. 50 R\$/mês por família é pouco para assegurar um custo de oportunidade e ao mesmo tempo, representa uma ajuda financeira importante para essas famílias. Além disso, seria importante entender melhor a influência das Bolsas Florestas Renda, Social e Associação, que são modalidades complementares de pagamento de benefícios. Foi falado de projetos (de avicultura, por exemplo) que foram financiados, mas não se adequaram à realidade das famílias e foram abandonados. Isso leva a considerar de forma mais ampla a necessidade de estruturar as cadeias produtivas e a formação de capacidades locais.

Outro assunto debatido foi as incertezas na interpretação das regras definidas pela gestão da área protegida e pelo projeto REDD. Como compatibilizar os dois, já que são dois instrumentos que se superpõem (nas suas funções), e que também tem potenciais incompatibilidades nas exigências aos moradores da RDS que participam do programa Bolsa Floresta (nas condições)? Um zoneamento permitiu definir áreas de expansão das comunidades onde podem praticar agricultura (até 4 km das casas, 2 ha de cultivo por família por ano, com espaço de 7 quadras para fazer a rotação cultivo/pousio), criando um buffer ao redor da zona definida para REDD. Nas regras de participação, o projeto REDD implicitamente não permite a expansão da agricultura na área assignada pelo plano de gestão da RDS do Juma. Na prática, as famílias dizem continuar a cultivar como antes. Por enquanto, a área protegida e o REDD funcionam pelo respeito desta norma simples que corresponde às práticas tradicionais. Ainda não existem muitas pressões para desmatar, mas se pode questionar se os pagamentos atuais serão suficientes quando as pressões externas aumentarem. O dispositivo de monitoramento e controle local é limitado a 4 jovens equipados com telefones celulares com GPS, mas com poucos meios de deslocamento, colocando em dúvida a capacidade real de intervenção.



Ana Carolina Nogueira (UFPA): A experiência de Cotriguaçu (pré-projeto REDD coordenado pelo ICV, com apoio da TNC)

Cotriguaçu é uma experiência piloto para pensar a luta contra o desmatamento. Apesar de estar na lista dos municípios mais que mais desmatam, é um município que ainda tem mais de 81% de floresta. Foi lançado em 2009 um pré-projeto REDD com parceria entre o ICV, a TNC, o Governo Estadual e a

prefeitura para estruturar uma gestão ambiental ao nível do município todo, com o apoio do Fundo Amazônia e do Fundo Vale. O principal desafio é de pensar uma gestão que envolve os

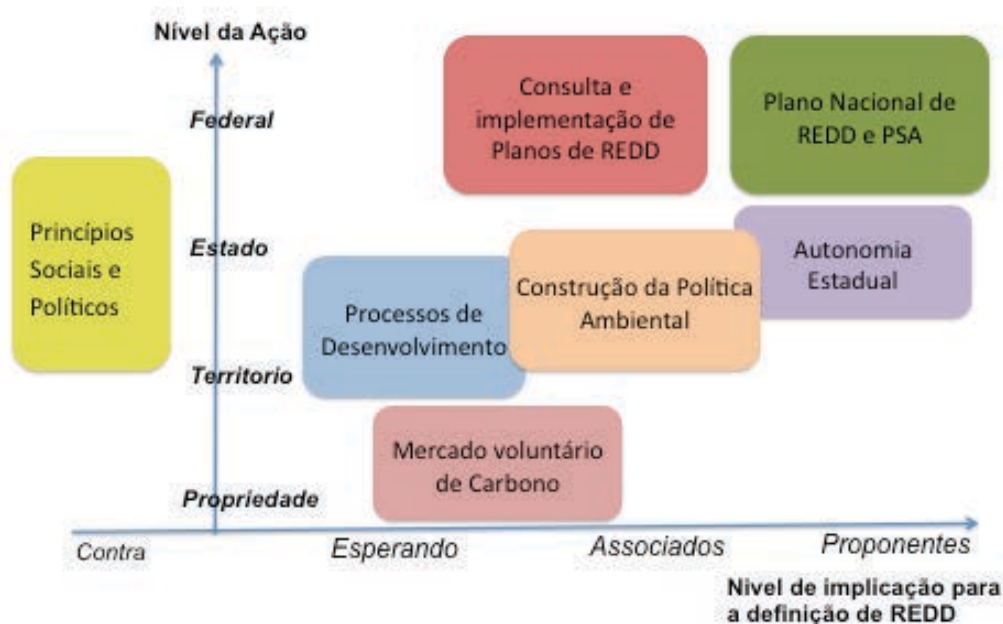
diferentes setores produtivos e sociais, sendo que o município é dividido entre 55% de áreas privadas, 18% de áreas indígenas, 13% de áreas de assentamento e 15% de áreas de conservação. Ao nível do município, está se trabalhando a articulação entre os setores, com um conselho de meio ambiente municipal, e com o fortalecimento das organizações sociais (dos assentamentos e dos indígenas). Ao nível individual, a principal estratégia foi de combinar regularização fundiária (um projeto da TNC) e a promoção de boas práticas, tanto no setor florestal quanto na pecuária, com a perspectiva de certificá-las para potenciais créditos de carbono. No entanto, a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as boas práticas é limitada. Com medo de criar falsas expectativas, prefere-se não falar de REDD ou de pagamentos individuais para os atores locais. Os atores, porém, têm uma grande expectativa em relação ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, visto como uma maneira de encontrar financiamento e de criar leis para controlar o uso do fogo.



Osmar Filho (UNB): Mapeamento dos posicionamentos dos atores em relação a REDD e PSA no Brasil

O objetivo do mapeamento dos atores era de saber como as diferentes organizações se situam em relação à política REDD discutida para o Brasil: quais eram seus objetivos em relação a REDD, como elas se preparavam neste sentido, qual visão elas tinham de uma política REDD e qual será o futuro de REDD na opinião do entrevistado. Portanto, é uma análise subjetiva, tanto pela visão trazida por um ator representando uma organização, quanto pela interpretação que fizemos desta visão. Foram entrevistadas 21 pessoas, do governo, da sociedade civil e do setor privado, em Belém, Manaus e Brasília. A nossa análise distinguiu 7 grupos, em função do principal nível de ação da organização (propriedade, território, estado, federal) e do nível de implicação das organizações na definição da política REDD para o Brasil (categorias: esperando, associado, proponente).

Mapeamento dos atores em relação a REDD no Brasil



- **“Projeto Nacional de PSA e REDD”** é dirigido por alguns ministérios e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (MRE, MMA, SAE) com o objetivo de operacionalizar a

posição defendida internacionalmente pelo Brasil. Eles defendem a importância de ter uma estrutura nacional para evitar os vazamentos e são contra um mercado de compensação das emissões, sem contudo impedir os projetos.

- ***“Consulta e implementação de planos de REDD”*** envolve outras instituições federais (MDA, FUNAI, INCRA) que atuam para adaptar o REDD aos requerimentos das outras políticas e avaliam os riscos e oportunidades para as populações participantes. Eles veem o REDD como uma maneira de ter recursos para uma integração de políticas territoriais.
- ***“Autonomia estadual”*** agrupa estratégias diferentes em função dos estados (Pará, Acre, Amazonas), mas com uma visão similar de unir políticas ambientais com desenvolvimento. Para isso, eles querem captar recursos para o nível estadual e aumentar a articulação entre instituições dentro do estado. Eles se apóiam para implementação e controle em entidades não governamentais (exemplo da FAS e do IDESAM no Amazonas).
- ***“Construção da Política Ambiental”*** é constituído por ONGs (TNC, Imazon, ICV, GIF, IDESAM) que querem passar a ser atores importantes na definição das políticas ambientais no Brasil. Eles investem na preparação para REDD, com regularização ambiental e a definição de metodologias com projetos pilotos (certificação, monitoramento). Eles defendem uma estratégia “nested” (aninhada) em quais projetos locais se encaixariam em estratégias regionais de REDD.
- ***“Processos de desenvolvimento”*** é uma categoria diferente de ONGs (IPAM, ADAFAX, IIEB) que estão engajadas em apoiar processos de desenvolvimento junto aos atores locais. Nesta perspectiva, eles veem REDD principalmente como uma maneira de fortalecer as ações já iniciadas e continuar a reforçar as capacidades dos atores locais. Eles militam por uma autonomia das comunidades na construção de projetos de desenvolvimento com apoio financeiro de PSA.
- ***“Mercado voluntario de carbono”*** concerne tanto empresas privadas (CIKEL, Technos) quanto ONGs (Ecomapua, Genesis) ou comunidades (a Associação Mateireilá, que representa o Povo Suruí) que estão interessados em vender créditos diretamente no mercado de carbono. Eles esperam uma política REDD que garanta a segurança fundiária e impeça a invasão, assim como simplifique os processos para participar do mercado.
- ***“Princípios sociais e políticos”*** reúne atores bastantes críticos de uma política REDD (SIMI, MST, SBPC) e que estimam que o Estado deve garantir os direitos constitucionais e não esquemas de mercado. No entanto, eles estão na maioria favoráveis a PSA, na medida em que é uma construção social que valoriza o indivíduo ou a comunidade fornecedora do serviço.

Fora dos assuntos administrativos (simplificação dos processos, nível de governança), os principais debates entre os atores estão em torno de pontos relativamente conceituais: entre carbono-fluxo e carbono-estoque, quais são as contribuições para o clima? Como os pagamentos podem valorizar o trabalho de conservação para não se tornarem apenas uma transferência de renda? Quais são os riscos de inserir o carbono na economia, visto a volatilidade do mercado? Isso mostra o papel importante para pesquisa na construção da política REDD.



Debate : Questionamentos e perspectivas trazidos pelo projeto « Pagar para o meio ambiente ? »

Debatedor : Eric Sabourin (Cirad)

Três grandes questões aparecem nas apresentações:

- 1) **Qual é a viabilidade do REDD?** Isto leva a discutir como é definida a adicionalidade, condicionalidade e controle. É importante questionar os custos de transação associados a implementação de REDD e como esse instrumento se articula com outros instrumentos complementares (medição, valorização, certificação, fiscalização, remuneração).
- 2) **Qual é a modalidades de uso dos recursos?** Isso leva principalmente a debater sobre o potencial de PSA. Nestes casos, PSA é visto como uma forma de investimento, mas se aponta para o risco de criar expectativas difíceis de serem satisfeitas, e também de “comodificar” o meio ambiente. Também aparece a questão de equidade no acesso a política e projetos: condições de acesso dos menos dotados em capitais; problemas de titulação e regularização fundiária, mercado paralelo para CAR e outras exigências legais.
- 3) **Qual é o nível de governança dos projetos REDD?** Está se definindo um multi-nível do local ao internacional, passando pelo estadual e federal. A cada nível, deve-se considerar a articulação com outros instrumentos e a complementaridade entre os 3 grandes tipos de instrumentos: pagamento, política pública, condicionalidade jurídica.

Os participantes debateram principalmente sobre qual é o lugar de REDD na política ambiental brasileira. O Brasil já conseguiu diminuir em 76% o desmatamento. Hoje parece difícil limitar mais ainda o desmatamento com comando e controle. Portanto, REDD é visto como um maneira de ter uma agenda positiva com incentivos que permitiriam ir além do que se conseguiu com comando e controle. Face à indefinição no nível federal, os Estados foram acionando suas próprias políticas. As discussões levantadas com o Código Florestal trouxeram a agenda PSA e REDD de volta ao nível federal, visto como maneiras de compensar as vantagens perdidas. Um dos grandes desafios futuros será a definição fundiária, para garantir o acesso a projetos REDD e PSA. É neste sentido que foram desenvolvidas a maioria das ações REDD de muitas ONGs e consultoras. Os participantes da FUNAI apontaram a demora e a complexidade para regulamentar o REDD em terras indígenas. Os índios consideram está opção para tentar proteger suas terras, mas na prática, poderia ser mais simples utilizar outros tipos de instrumentos, sem passar por uma quantificação de carbono.

Tarde: Agenda política sobre PSE-REDD

As apresentações da tarde tinham como objetivo trazer elementos de reflexão sobre a maneira que estão pensadas as políticas de REDD e PSA no Brasil.



Ludivine Eloy (CNRS-UNB): *Articulação entre PSA e gestão de áreas protegidas no Cerrado : primeiras reflexões a partir do exemplo do Bolsa Verde (MG)*

No contexto do Cerrado, a análise das condições definidas pelo programa Bolsa Verde (MG) questionam qual modelo de conservação pode ser favorecido por PSA. Esse modelo de PSA implementado desde 2010 paga 200 R\$/ha/ano para uma restrição de uso (conservar = cercar). Isso promove uma homogeneização da gestão do Cerrado, que não condiz com a realidade: ao contrário da Amazônia, o uso do fogo no cerrado é considerado parte integrante e instrumento de gestão do ecossistema de savana, porém o impacto depende do regime de queima e da criação de gado aliado ao manejo do fogo. Unidades de conservação sem fogo e sem gado solto se tornam bomba relógio, pois o fogo acidental será muito mais devastador (incêndios de grande porte). Isto mostra o paradoxo da abordagem preservacionista, que não tem se apoiado nas pesquisas em ecológica e impede as populações camponesas ou tradicionais do Cerrado a legitimar suas práticas. Apesar deste programa visar os proprietários de menos de 4 módulos fiscais, ele tem favorecido mais os grandes proprietários que podem deixar uma parte da propriedade sem uso e exclui os agricultores familiares. Alguns proprietários ganharam até 200.000 R\$/ano.

A partir destas constatações, algumas hipóteses podem ser formuladas: o fogo e o gado parecem ser tabus dos ambientalistas; faltam referências técnicas para promover uma política socioambiental no Cerrado; esse modelo pode ser associado a uma agenda de REDD e o financiamento seria condicionado a resultados; ou talvez há uma vontade política do Estado de Minas Gerais consolidar grandes propriedades. Para UCs e PSAs contemplar melhor as populações tradicionais, seria interessante incluir sistemas agropastoris, porém é preciso haver um debate e pesquisa em torno de estratégias de gestão (levando-se em consideração o conhecimento local). Vários exemplos já existem neste sentido: os Maasaia do Kenya, o assentamento América, no norte de Minas Gerais, as medidas agroambientais na França (MAET) onde as paisagens naturais manejadas e humanizadas são valorizadas para o turismo.

No debate, foi abordada a importância de incorporar elementos de biodiversidade ao invés de discutir somente o carbono e de entender melhor as formas de manejo que podem aumentar a biodiversidade. A representante da ANA informou que já existe apoio de atividades agropastoris no cerrado.



Pedro Soares (IDESAM): Desafios e perspectivas para a regulamentação do REDD+ no Brasil, a partir do exemplo do SisREDD+ no Amazonas

Um dos principais desafios para a implementação de REDD no Brasil será a articulação entre as regulamentações de cada escala. O IDESAM fez um levantamento sobre a regulamentação de REDD na Amazônia Legal: o Acre foi o primeiro Estado a regulamentar o serviço de REDD ; o

Amazonas está elaborando a lei de serviços ambientais; o Mato Grosso está em consulta pública; no Amapá e Rondônia está em construção. Hoje, se fala mais em regulamentar do que em implantar projetos, para tentar evitar a implantação de projetos mal adequados.

O IDESAM vem trabalhando numa proposta para repartição dos recursos captados a partir da linha de base nacional. A perspectiva é de que sejam reduzidos mais de 9 bi de tCO₂eq no país (2006 até 2020) (meta do PNMC), que podem ser trocados internacionalmente para gerar recursos. Uma parte (50%) deste recurso será utilizado pelo nível federal para gestão de TIs e UCs, para fiscalização e monitoramento, para aumento da eficiência da agricultura e também para financiar projetos através do Fundo Amazônia. A outra parte poderá ser dividida entre os Estados, em função da contribuição de cada um para a redução do desmatamento (cálculo se baseando tanto nos estoques como nos fluxos).

A partir da quantia prevista para o estado do Amazonas (24% do total para Amazônia Legal, atrás do Pará – 27% - e do Mato Grosso – 27%), o SisREDD+AM prevê um buffer para ações futuras, uma parte para as ações do governo estadual (15%) e o resto seria utilizado para apoiar a gestão ambiental nas UCs (28%), nos assentamentos (25%) e em outras categorias fundiárias através de editais (47%), em função dos estoques mantidos, do desmatamento evitado e do risco de desmatamento futuro. Essa proposta ainda tem que ser discutida melhor, tanto ao nível do estado de AM para definir estratégia de alocação e distribuição de UREDD+, como para estabelecer diálogos com outros estados, e também apresentar e harmonizar com a estratégia nacional.

No debate, foram levantadas algumas questões pendentes:

- Como será feito na prática a repartição? Ao nível nacional, a distribuição dos créditos dependeria em grande parte do Fundo Amazônia, mas ainda está em discussão e aberto. Não se sabe como cada ator pode transacionar suas emissões. Transacionar os créditos é uma forma flexível de implementar os planos em escala local. Dentro da política do AM existe um sistema de gestão (base de dados) para saber quanto sai de emissões por categoria, a quanto tem direito e qual o plano de atividades para serem implementadas.
- Como seria feito o controle e como verificar que não há degradação? O monitoramento é feito pelo PRODES, e será também feito anualmente in loco para averiguar se as comunidades estão implementando suas atividades (uso dos recursos). No entanto, evita-se incluir a degradação florestal nos projetos de REDD+, pois seria necessário criar uma linha de base específica e o controle é mais complicado (apesar de ter trabalhos do Imazon neste sentido).



Mauricio Amazonas (CDS-UNB): Avanços e dificuldades do Projeto de Lei sobre PSA

As agendas REDD e PSA ocorrem em paralelo no MMA. A equipe que cuida da agenda PSA acha que REDD é uma modalidade de PSA. Para a equipe que lida com a agenda REDD (em relação à agenda Clima), o REDD traz iniciativas que não se restringem ao PSA.

O projeto de lei sobre PSA (PL 792/2007) levanta várias questões sobre o que pode se pagar e para quem. Este projeto distingue bem os serviços ecossistêmicos - SE (serviços da natureza para o homem) dos serviços ambientais - SA (serviços prestados pelo homem para melhorar as funções da natureza), legitimando assim um pagamento para um trabalho socialmente realizado para natureza, e não o que a natureza já produz. Também foi deixado claro quem é o usuário-pagador e quem é o provedor-recebedor. No entanto, quando chega o momento de definir a proporcionalidade dos pagamentos, se torna mais difícil por causa de questões de escalas e escopo: como pensar qual seria a contribuição de cada produtor do SA e ainda a contribuição de consumo de cada usuário do SE? Isso leva ao dilema da valoração: qual é o custo de produção e de oportunidade na obtenção dos SAs? Quais os benefícios trazidos pelos SEs produzidos ou os custos sociais trazidos pela perda de SEs?

Vários riscos permanecem na versão atual do projeto de lei. Atualmente, não há menção da adicionalidade e da linha de base, porém são esses elementos fundamentais (especialmente para não pagar para cumprir para respeitar o Código Florestal) e devem ser bem definidos para evitar chantagem ambiental (por exemplo, ameaçar desmatar) ou dumping ambiental (vazamento). Também é preciso deixar mais claro qual o objetivo do pagamento, entre compensação ambiental, remuneração econômica, ou prestação social. Atualmente, ainda existem várias confusões sobre o que representa o pagamento. Ele não pode ser visto como uma compra pelo governo pois é um bem público, mas deve ser uma compensação ou ressarcimento. Por esta razão, existe um problema de afiliação da política nacional de PSA: MMA, MDS ou MDA? De forma geral, o PL deveria buscar um PSA o mais genérico e simples possível, em harmonização com as outras leis.

Num dos principais pontos do debate foi abordada a noção de adicionalidade. Segundo M. Amazonas, esta questão era muito debatida, mas saiu de cena durante as últimas negociações sobre reforma do CF porque era antagônica com o que se defendia. De fato, há uma vontade dos ruralistas para remuneração dos SE trazidos pelas APP e a RL. As ONGs também queriam recursos para apoiar a conservação da UCs. Mas nestes dois casos, como essa conservação é exigida pela lei, ela não é adicional. Implica que as pessoas receberiam recurso por seguir a lei, o que é muito questionável de um ponto de visto de direito. No entanto, muitos agricultores não têm APP ou RL e vão precisar de recursos para recompor. Neste caso, poderia se pensar em um PSA baseado em um planejamento a longo prazo, onde do começo já adianta um pagamento (mesmo sem serviço) e quando alcançar seu objetivo (acima da lei) ainda continua recebendo. Assim seria visto como um investimento/adiantamento e também já funcionaria como o pagamento pelos serviços prestados.

Debate geral : Qual agenda de pesquisa sobre PSA e REDD ?

Para terminar, o público foi solicitado para apontar assuntos de pesquisa importantes para eles sobre o tema de REDD e PSA. Três tópicos se destacaram:

1. REDD em relação às políticas ambientais

- Qual é o estatuto de REDD em relação às políticas ambientais brasileiras?
- Como buscar uma coerência das estratégias de políticas ambientais (em relação aos recursos), e qual o escopo de REDD dentro delas?
- Como as inovações trazidas por REDD (condicionalidade, medição, arcabouço) mudaram a maneira de ver as políticas ambientais?
- Em relação à questão indígena, como pensar uma política de gestão ambiental a longo prazo versus a condicionalidade ?
- Como incorporar outros elementos (como biodiversidade) ao invés de discutir somente o carbono?
- Como garantir mais clareza na adicionalidade, para evitar o paradoxo de pagar cidadãos para cumprir a lei?

2. Como implementar REDD ao nível local?

REDD aparece como um instrumento pensado a um nível internacional que precisa ser traduzido ao nível local.

- Como simplificar/ se liberar do MDL?
- Qual a visão dos atores no nível local?
- Qual pode ser a forma de repartição do recurso?
- Como tomar em conta a diversidade do público alvo? É possível trabalhar REDD em nível territorial?
- Qual lugar para os PSA?

3. Entender melhor os possíveis impactos de REDD

- Avaliação dos projetos REDD já implantados:
 - o Que diminuição efetiva do desmatamento?
 - o Percepção das comunidades: relação com meio-ambiente, mudança de práticas ligadas ao meio-ambiente?
 - o Sistemas de monitoramento: instrumental (ferramentas), resultado
- Quais são as “práticas corretas” contra desmatamento? E para estocar carbono? São elegíveis para REDD?
- Qual pode ser o impacto da redução ao valor carbono?
- Quais são as possíveis distorções trazidas por REDD?
- PSA contra desmatamento: funciona?